

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 25.921 - DF (2020/0076990-8)

IMPETRANTE : NUVIA MATOS SUAREZ
IMPETRANTE : TAIMI HOMER MACIAS
IMPETRANTE : YOAN MARCO MILANES FALCON
IMPETRANTE : JULIO CESAR ANDRES CONCEPCION
IMPETRANTE : WENDY GUTIERREZ CRUZ
IMPETRANTE : ROLANDO NADIR SANCHEZ CONTRERAS
IMPETRANTE : KIRENIA MENDEZ NUNEZ
IMPETRANTE : NISLEY MADRIGAL MENDOZA
IMPETRANTE : AMAURY BARBARO CUBA SANCHEZ
IMPETRANTE : ROGER ALEXANDER RIVERO SARMIENTO
ADVOGADO : RODNEY PACHECO MONTEIRO - CE023095
IMPETRADO : MINISTRO DA SAÚDE
INTERES. : UNIÃO

DECISÃO

Nuvia Matos Suarez e outros impetram mandado de segurança, com pedido de liminar, contra o Ministro da Saúde, aduzindo fazerem parte do grupo de médicos cubanos que permaneceram no país após a ruptura do acordo de cooperação entre as partes envolvidas para o Programa Mais Médicos.

Alegam que preenchem os requisitos da Lei n. 13.958/2019, que estabelece critérios de contratação dos médicos cubanos que aqui permaneceram, e que em março de 2020 foi publicado um Edital de convocação dos intercambistas, mas mesmo assim eles não foram chamados.

Requerem, liminarmente, que sejam convocados para a fase seguinte do respectivo Edital, que será entre o dia 30.03.2020 a 03.04.2020.

Ao final, pretendem a concessão da ordem no sentido de que sejam reincorporados ao Programa Mais Médicos forma imediata.

É o relatório. Decido.

A teor do art. 7º, III, da Lei n. 12.016/09, a concessão de liminar em sede de mandado de segurança pressupõe a demonstração, de plano, da presença dos requisitos do *periculum in mora* e do *fumus boni iuris*, ou seja, da maneira pela qual o ato impugnado cause ou possa causar a ineficácia da pretensão deduzida, e da relevância do direito.

Na seara preambular, ainda que se possa argumentar sobre a presença do *periculum in mora*, na medida em que hoje se encerra o prazo para participação na referida fase, o fato é que não se evidencia a presença do requisito do *fumus boni iuris*.

Superior Tribunal de Justiça

Isso porque os impetrantes não conseguiram demonstrar, de forma efetiva e de plano, o apontado direito, muito menos líquido e certo para fins de mandado de segurança, que não comporta dilação probatória, de que preenchem todos os necessários requisitos expostos na referida legislação.

Ante o exposto, à míngua da presença cumulativa de ambos os requisitos autorizadores à concessão da medida pleiteada, INDEFIRO a liminar

À autoridade coatora para prestar informações, no prazo legal, na forma do art. 7º, I, da Lei n. 12.016/09.

Dê-se ciência do feito ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada (União), consoante determina o art. 7º, II, da Lei n. 12.016/09.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator